



DOSSIÊ

**“De onde vem tanto ódio?”:**

Análise da violência e assassinato de corpos-territórios de travestis e transexuais no Brasil em 2024

Edmarcius Carvalho Novaes, *Universidade Vale do Rio Doce*

Gabriel da Cruz Ventura, *Universidade Vale do Rio Doce*

Suely Maria Rodrigues, *Universidade Vale do Rio Doce*

Maria Celeste Reis Fernandes de Souza, *Universidade Vale do Rio Doce*

Maria Terezinha Bretas Vilarino, *Universidade Vale do Rio Doce*

Resumo. Este artigo analisa a violência e assassinato de pessoas travestis e transexuais no Brasil no ano de 2024, sob a perspectiva do conceito de corpo-território. Trata-se de estudo de corte, transversal, descritivo e de abordagem quantitativa. Os dados analisados constituem informações secundárias, extraídos da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), referentes à violência e assassinatos de pessoas deste grupo em 2024. As variáveis analisadas foram idade, identidade de gênero, cenário da violência e período do dia da ocorrência. Os resultados indicaram uma maior frequência na faixa etária entre 18 e 29 anos, prevalecendo a maioria de mulheres transexuais e travestis; os espaços públicos foram os cenários de maior violência, com episódios noturnos. Conclui-se que a violência é sistemática e enraizada em estruturas sociais discriminatórias, refletindo uma violação de corpos físicos e de espaços sociais e políticos ocupados por essa comunidade. Evidencia ainda a necessidade de políticas públicas efetivas para combater essa realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Corpos-territórios de Travestis e Transexuais. Assassinatos de travestis e transexuais. Violência de Gênero. Territorialidades.



Introdução

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) foi fundada em 2018 com o objetivo de alertar sobre as graves violações dos Direitos Humanos contra a população transexual e travesti no Brasil. Além disso, conta com uma rede composta por 127 instituições distribuídas no país cuja missão principal é formar uma força política que represente o referido público, ao identificar, organizar, aproximar e fortalecer pessoas trans. Essa Associação surge com a ausência de políticas públicas efetivas e com a subnotificação sistemática no monitoramento de LGBTfobia por parte do Estado, cujas práticas são vistas como um obstáculo para a garantia de direitos fundamentais para a população trans (Benevides, 2025). Além da ANTRA, o Grupo Gay da Bahia (GGB) também realiza levantamentos quantitativos sobre violência e assassinatos da população LGBTQIAPN+, desde sua fundação em 1980.

De acordo com o GGB, em 2023, o Brasil liderou o *ranking* em números de violência, assassinatos e suicídios de pessoas LGBT+. Os dados demonstraram a ocorrência de 257 mortes violentas, registrando uma morte a mais, quando comparado ao ano de 2022. Portanto, contabiliza-se que a cada 34 horas há uma morte por LGBTfobia. Esses números são registrados, tanto pela ANTRA como pelo GGB, a partir de casos que ganham notoriedade midiática, e com pesquisas em sites, redes sociais e de correspondências, tendo em vista a falta de estatísticas governamentais e oficiais (Schmitz, 2023; Benevides, 2025).

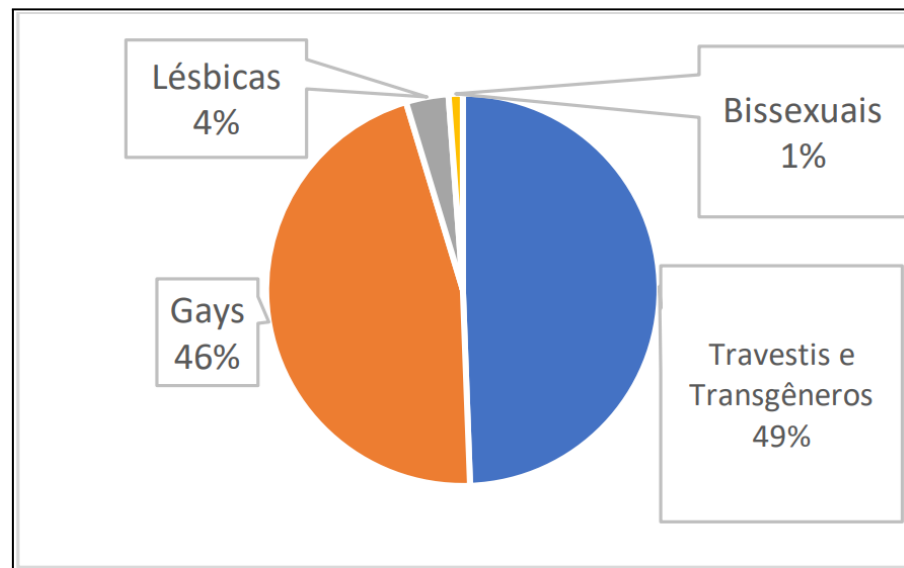
Diante da dificuldade para registros dos números de violência, essas organizações indicam que os números podem ser subnotificados devido a variados fatores, como a omissão da orientação sexual e a identidade de gênero da pessoa vitimada nos noticiários, sendo necessárias pesquisas mais aprofundadas (Schmitz, 2023; Benevides, 2025).

Em relação a pessoas transexuais e travestis, o Brasil também aparece em primeiro lugar em um ranking mundial. Em 2022, foram assassinadas um total de 321 pessoas, sendo 100 no Brasil, em seguida o México (53) e em terceiro os Estados Unidos (31) (ANTRA, 2022). De acordo com o levantamento do GGB (Schmitz, 2023), as pessoas trans representam a metade do quantitativo de violência e assassinato em



2023. A outra metade é dividida entre pessoas gays, lésbicas e bissexuais (Quadro 01):

Quadro 01 - Percentual de assassinatos LGBTQ+ no ano de 2023



Fonte: Pesquisa do Grupo Gay da Bahia (2023)

Logo, observa-se que o segundo grupo da comunidade LGBTQ+ a sofrer com altos índices de assassinato em 2023 são pessoas gays. Nesse comparativo, de acordo com Mott, Domingos & Reis (2023), o risco de uma pessoa travesti ou transexual morrer assassinada é 19% maior do que gays, lésbicas e bissexuais. Sendo assim, esses números representam a urgência de políticas públicas que sejam efetivas e voltadas à essa parcela da população.

Diante desta realidade, este estudo tem por objetivo analisar a violência e assassinato de pessoas travestis e transexuais no Brasil no ano de 2024, sob a perspectiva do conceito de corpo-território.



1 Por que gênero e orientação sexual se tornam uma questão política?

Inicialmente, é necessário a distinção entre os conceitos de gênero e orientação sexual, tendo em vista que as duas temáticas são constantemente confundidas, o que pode provocar o apagamento de problemáticas específicas de cada uma (De Jesus, 2012). De acordo com Judith Butler (2018), gênero não é restrito à uma visão simplista que entende haver uma essência natural e biológica em cada corpo, mas sim uma construção social. Portanto, gênero não é algo que somos, mas algo que fazemos, performamos, repetidamente. Gênero é uma repetição das normas e discursos sociais preestabelecidos, isto é, uma reprodução de comportamentos estilizados na medida do tempo, como uma maneira ilusória de identidade permanente. Assim, o gênero e as identidades não são permanentes e fixos, mas, sobretudo, passíveis a constantes reconstruções.

Na mesma perspectiva, gênero é considerado “mutável”, por estar relacionado com a identidade, com a forma como a pessoa se enxerga e se relaciona consigo mesma e em sociedade. Já a orientação sexual refere-se à atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa tem por outra, independentemente de seu sexo biológico, isto é, sua genitália (De Jesus, 2012).

No entanto, o sexo também ganha uma conotação de construções sociais, a partir da teoria queer, uma vez que a organização do corpo em duas “categorias” únicas parte de uma maneira sociopolítica de enxergar o corpo. Portanto, essa teoria não desconsidera as questões relacionadas às características biológicas, mas argumenta que a biologia e o social devem ser entendidos de maneira integrada, quase que inseparáveis (Butler, 2018).

A heterossexualidade institucionalizada obscurece as outras formas de expressão e de linguagem que consideram outras maneiras de entender o corpo e a sua relação com o social e o particular (Butler, 2018). Na mesma lógica, o sistema cis-normativo, que é institucionalizado e perpetuado a partir da cultura, da socialização e da linguagem, estabelece os padrões de ser e estar no mundo, ou seja, como o corpo-território é percebido e vivido, com suas territorialidades.



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

778

1.1 A violência simbólica colonial aos corpos-territórios trans

Partindo de uma perspectiva feminista e decolonial, o corpo é um território que reclama, por meio da luta social, seus direitos, acessos e cidadania. Assim, as relações de dominação a partir da colonialidade acionam a necessidade de uma perspectiva teórica da decolonialidade para o entendimento do corpo-território travesti e transexual, violado pelas construções socialmente impostas por grupos cis-dominantes (Haesbaert, 2020; Butler, 2024).

Ao contrário de muitas geografias de matriz eurocêntrica, especialmente a anglo-saxônica, que prioriza as propriedades jurídico-políticas do território a partir da ação dos grupos hegemônicos (o território como “tecnologia de poder” [ELDEN, 2013]), na América Latina o território é lido frequentemente no diálogo com os movimentos sociais, suas identidades e seu uso como instrumento de luta e de transformação social (Haesbaert, 2020, p. 76).

Logo, a noção clássica de território associado à escala material e ao poder restrito do Estado, passa também a ser entendido por diferentes escalas e outras organizações de poder, incluindo a perspectiva simbólica, que pode estar ou não atrelada à noção material (Haesbaert, 2020).

A abordagem que, em intenso diálogo com referências europeias (especialmente anglo-saxônicas, mas também francesas) e norte-americanas, propõe o território como o conceito geográfico mais pertinente para analisar as relações espaço-poder, especialmente entre os grupos subalternos, ampliando a concepção de poder através de sua dimensão simbólica (construção identitária), representa uma clara imersão na decolonialidade do poder, sobretudo a partir de sua face étnico-cultural e de gênero, contra ou anti-hegemônica (Haesbaert, 2020, p. 76).

Em convergência, Butler (2024) defende que gênero é um campo aberto, e que é preciso ser entendido de maneira anticolonial,



principalmente levando em consideração que diferentes culturas no Sul Global enxergam o gênero de outras maneiras, opostas da cosmovisão eurocêntrica de “civilidade” que permeia o tema. Para tanto, a autora exemplifica sobre as diferentes visões, como o fato de a pessoa transexual poder se identificar ou não com o sistema binário (masculino/feminino), e casos de sociedades africanas e indígenas em que as relações de poder não são definidas a partir da lógica do gênero.

Para a compreensão de questões sociais de gênero a partir do Sul Global, Oyèrónké́ Oyěwùmí (2021) considera que o binarismo construído no Ocidente não reflete as características históricas e culturais africanas. No Ocidente, as diferenças sexuais e gênero servem de base para a organização social, porém, ao observar a sociedade iorubá antes da colonização, percebe-se que essa diferenciação e hierarquização não estavam presentes, sendo relacionadas à idade, à linhagem e à posição social.

Assim, com a chegada do colonizador, uma série de categorias ocidentais foram impostas, transformando as estruturas sociais que antes eram fluídas, e consequentemente, foi institucionalizada a lógica binária, o que restringiu os papéis das mulheres, obedecendo a propostas patriarcais ocidentais que não eram dominantes na cultura africana (Oyèrónké́ Oyěwùmí, 2021). Portanto, é possível observar que a transgeneridade poderia não ser marginalizada.

No Brasil pré-colonial, de igual forma, haviam tribos indígenas que tinham papéis de gêneros completamente distintos da cosmovisão eurocêntrica: as mulheres caçavam enquanto os homens cuidavam das crianças. De outra maneira, a relação sexual entre homens era vista como habitual, enquanto as mulheres passavam longos tempos na caça em meio à floresta. Assim, a relação sexual com o sexo oposto acontecia em momentos específicos e festivos. Com a chegada do europeu, essa configuração passa a ser vista como pecaminosa e nefanda, sendo a evangelização uma forma de trazer a “civilidade” e “salvação” àquela população (Trevisan, 2018).

No tempo presente, sobretudo a partir de 2013, com a ascensão de políticas antigêneros que ganharam proporções maiores, a busca por descredibilizar diferentes gêneros e sexualidades como critérios de análise se baseia em argumentos conservadores ligados à noção cristã da



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

780

complementaridade, binarismo e heterossexualidade. Não só isso, mas também a noção restrita de gênero à visão biológica no campo científico e social (Butler, 2024).

Entender o gênero nos seus variados campos torna-se, desta forma, compulsoriamente, uma questão política. Nessa discussão, o termo é utilizado por grupos antigênero como modo de causar pânico moral, atrelando gênero à pedofilia, subversão das infâncias e ameaças às famílias (Autor 01, 05 e 02, 2025). Em contrapartida, os estudos de gêneros entram como reforço em denunciar os casos de assédio e abuso sexual a adolescentes e crianças.

No entanto, Butler (2024) argumenta que acontece uma subversão do discurso de modo a culpar as minorias sexuais e de gênero dos casos enfrentados pelo Vaticano, em que há mais de 300 mil denúncias de abusos sexuais cometidos por padres a crianças e adolescentes. A autora destaca que gênero é tido como um fantasma e o inimigo a ser enfrentado política e socialmente, sobretudo, de uma “forma de organização do mundo forjada pelo medo de destruição pelo qual o gênero é considerado responsável” (Butler, 2024, p. 17).

Assim, a temida ideologia de gênero surge em 1990 pelo Pontifício Conselho pela Família.

A ideia de uma perigosa Ideologia de Gênero surgiu na década de 1990, quando o Pontifício Conselho para a Família alertou que o “gênero” era uma ameaça à família e à autoridade bíblica. Pode-se traçar as origens da ideia através dos documentos deste Conselho para a Família, mas desde então, ela tem percorrido caminhos que acompanham o poder político do Vaticano, bem como a sua aliança recentemente formada com a igreja evangélica na América Latina (Butler, 2024, p. 41).

Diante deste cenário, de acordo com a ANTRA, no Brasil existe uma tentativa de desacreditar os dados levantados de violência contra a população LGBTQIAPN+ desde 2018. Essa desacreditização inicia antes do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019/2022), apesar de ganhar força nesse período. Assim, em 2023, houve cerca de 300



projetos de leis antitrans, sendo que 77 resultaram em legislações que limitam os direitos de pessoas travestis e transexuais (Benevides, 2025).

Portanto, é possível observar que um tipo de violência que se fortalece no Brasil é a violência institucional com bases coloniais sobre o corpo-território dissidente, em especial de travestis e transexuais – o que invisibiliza a existência, marginaliza suas identidades e ratifica práticas de assassinatos.

1.3 A violência institucional como prática colonial

Sob a perspectiva da violência institucional, essa pode ser caracterizada por estruturas organizadas e ocultas que são expressas na opressão dos indivíduos. Isso acontece por meio de regras rígidas que são perpetuadas pelas instituições. Trata-se de esquemas de dominação, principalmente de classe por determinados grupos e pelo Estado. Dessa forma, essa violência é praticada desde a família, escola, passando pelos sistemas econômicos, políticas e até em formas culturais que negam a vantagem social de grupos dominados, tornando-os mais vulneráveis à morte e ao sofrimento (Minayo, 2006; Neto e Moreira, 1999).

A violência, no território brasileiro, frequentemente é associada ao crime e à delinquência, porém não está restrita a essas concepções, sendo também representada de outras formas, como no sentido de pecado, miséria e corrupção. Em aspecto erudito, a violência, conforme discutido anteriormente, encontra-se nas relações sociais marcadas pela colonização, como a exploração do trabalho escravo indígena, aniquilação da cultura (etnocídio) e pelos abusos sexuais de colonizadores às mulheres originárias. Com a globalização e o mundo pós-moderno, essa visualização é articulada com outros processos sociais, em especial, a saúde. Dessa maneira, a violência influencia a saúde tanto de forma individual como coletiva, pois ela afeta diretamente o corpo, causando dores físicas, traumas, lesões e mortes (Minayo, 2006).

De acordo com a ANTRA (2024), as pessoas trans têm cometido autoextermínio, o que aciona a discussão sobre a saúde mental dessa população, a partir da ação institucional estatal violenta e dos padrões



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

782

sociais rígidos que provocam o pânico moral antitrans. Dessa maneira, a Associação destaca que projetos de leis que visam proibir os cuidados em saúde, em especial para crianças trans, impondo a vivência de puberdade de acordo com

o gênero designado em contraposição à sua legítima identidade de gênero, devem ser vistas pelo que são: tentativas de cura trans, e imposição da cisgeneridade através de práticas que deveriam ser reconhecidas como tortura (Benevides, 2025, p. 16)

Nessa perspectiva, as terapias de conversão, conhecidas popularmente como a “cura de gênero” ou “cura de orientação sexual”, apesar de serem proibidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CEF), em outros campos sociais e institucionais acontecem e afirmam a promoção desta pseudo-conversão, como modo de “mudar” ou “curar” a identidade de gênero e orientação sexual de pessoas LGBTQs. Dentre esses grupos promotores estão religiosos, como católicos tradicionais e outros, à medida que politicamente acontece a ascensão conservadora neopentecostal e de políticas extremistas antigênero ao redor do mundo (Benevides, 2025). Assim, a violência institucional que ganha espaço pelo Estado e por organizações conservadoras influencia na saúde e qualidade de vida das pessoas travestis e transexuais.

No campo político, os direitos das pessoas trans em relação a promoção da saúde têm avançado de forma gradual. Somente em 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS) oficializou a desclassificação da identidade de gênero como transtorno, por meio da 72ª Assembleia Mundial da Saúde. Trata-se de uma conquista recente, resultado de anos de mobilização e reivindicações coletivas (CEF, 2019).

De acordo com Ávila (2014), a despatologização dos corpos trans é um processo tanto social, como político, que objetiva retirar as identidades trans de registros de classificação de doença mental como o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e a Classificação Internacional de Doenças (CID). Este movimento, é defendido por ativistas e teóricos que afirmam que transgeneridade não deve ser tida como transtorno ou doença psiquiátrica, mas sim, como expressão da diversidade humana.



O movimento internacional Stop Trans Pathologization (STP) iniciou-se em 2007, pela manifestação de ativistas da França e Espanha, é entendido como o principal articulador da luta pela despatologização trans. Dentre as principais ações, está a convocação global à reivindicação do direito à autodeterminação do gênero e direitos a essa população sem estigmas de doenças. Além disso, as críticas giravam em torno do modelo médico-psiquiátrico que determinavam “disforia de gênero” e “transtorno de Identidade de Gênero” como modo compulsório de controle social e retirada de autonomia da pessoa trans sobre o próprio corpo (Ávila, 2014).

No entanto, há muitas reivindicações que ainda se engendram, levando em consideração o cenário de violência e assassinato, como o que se denominou como “transfeminicídio” e “transhomicídio” (considerando as pessoas transmasculinas) que busca particularizar a morte motivada pelo ódio e transfobia, que no aparato jurídico existe a fim de romper com a prática colonial de exclusão cisnormativa institucional (Lôndero; Reis; Mewes, 2024).

Além disso, representantes sociais eleitas para cargos legiferantes, como, por exemplo, Erika Hilton e Duda Salabert, atuam no campo político para visibilidade das questões da população transexual no território brasileiro, com criação de projetos para a defesa de direitos fundamentais e acessos à saúde, mas enfrentam diversas dificuldades devido ao fato de ser a maioria do parlamento alinhada ao conservadorismo - e até mesmo no próprio campo progressista que atua nesta pauta, muitas vezes, no mínimo, de modo omissivo (Benevides, 2025).

2 Metodologia

Esta produção utiliza dados secundários e de domínio público que foram obtidos a partir do Dossiê publicado em 2025 pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), referente à violência e assassinatos de pessoas desta comunidade em 2024. Para Gil (2002), dados secundários são considerados aqueles que já foram coletados, tabulados, ordenados e, às vezes, até analisados. Estão disponibilizados para diversos propósitos desde que referenciados. Além disso, preservam a identidade dos corpos-territórios travestis e transexuais, dispensando,



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

portanto, a apreciação e a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Portanto, esses dados não foram produzidos pelos autores, mas sim, pela ANTRA, conforme mencionado anteriormente.

A utilização desses dados secundários é considerada relevante pois trata-se de uma instituição que realiza trabalhos de pesquisa desde o ano de 2017 sobre assassinatos e violência contra as pessoas travestis e transexuais no Brasil. De acordo com Grubba e Porto (2022), a falta de dados oficiais sobre pessoas transexuais e travestis pelo governo brasileiro provocam consequências como a invisibilidade social e a implementação de políticas públicas eficientes. Ademais, o Governo não financia estes estudos, o que faz com que associações, como a ANTRA (2025), realizem levantamentos voluntários, com o objetivo de denunciar a situação.

Portanto, destacam-se as limitações da pesquisa decorrentes do uso de dados secundários extraídos da ANTRA (2025). A instituição atua como referência diante da omissão estatal, assumindo a responsabilidade pelos levantamentos e sistematização das informações. Contudo, a própria organização explícita, em seus dossiês, a possibilidade de subnotificação dos casos, uma vez que os dados são, em grande parte, obtidos a partir de registros com notoriedade midiática.

Este estudo adota um delineamento transversal e descritivo, com abordagem quantitativa, conforme preconizado por Creswell e Creswell (2018). Esse delineamento permite a coleta de dados em um único momento temporal, capturando prevalências e associações em uma população específica. A escolha pela abordagem quantitativa justifica-se pela ênfase em mensuração objetiva, análise estatística inferencial e generalização de resultados, empregando instrumentos padronizados para testar hipóteses e estimar magnitudes de efeito. Essa estratégia metodológica é particularmente adequada quando o objetivo primordial é quantificar fenômenos, identificar padrões populacionais e subsidiar inferências causais probabilísticas.

As variáveis incluídas na busca e na análise foram idade, identidade de gênero, cenário da violência e período do dia da ocorrência. Esses dados foram analisados por meio dos softwares PostgreSQL e R Commander. Para construção e organização das tabelas



foi utilizado o programa Microsoft Excel. Todos os dados seguiram critérios avaliados por equipes interdisciplinares por meio de avaliação dos assassinatos classificados como Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), isto é, aqueles cometidos com ameaça e prejudiciais à vítima com violência (Brasil, 2022).

3 Resultados e discussão

Neste tópico, são analisados os dados numéricos e descritivos para evidenciar as múltiplas vulnerabilidades às quais os corpos-territórios de pessoas travestis e transexuais estão expostos. A partir do diálogo entre os dados do Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2024 (ANTRA, 2025) e outras fontes complementares, busca-se compreender como esses corpos-territórios são sistematicamente alvos de violência letal e simbólica, revelando um padrão de exclusão estrutural.

3.1 “Por que tanto ódio?”: Os corpos-territórios travestis e transexuais em risco

Os corpos-territórios violentados e assassinados, a partir de crimes violentos letais em 2024 formam o total de 122 pessoas, sendo 117 mulheres transexuais e travestis, e 5 homens trans e/ou pessoas transmasculinas. Se comparado ao ano anterior (2023), houve uma queda de cerca de 16%, no entanto, essa queda não foi capaz de retirar o país do ranking mundial como o país em que mais se matam as pessoas transexuais e travestis (Tabela 01).

Tabela 01 – Distribuição de mortes violentas aos corpos-territórios trans em 2024. (Brasil, 2025).

Corpos-Territórios transexuais e travestis violentados e assassinados em 2024		
Identidade de gênero	Número	Percentual

Homens Trans e Transmasculinos	5	4,09%
--------------------------------	---	-------



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

Mulheres Transexuais e Travestis	117	95,90%
Total	122	99,99%

Fonte: Dados da Associação Nacional de Travesti e Transexuais, Benevides (2025).

Ressalta-se que não foram encontrados dados sobre os crimes violentos letais tendo como vítimas corpos-territórios não binários – ainda que somente a partir de 2023 que as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passaram a identificar este grupo (Batista, 2023). Assim, é interessante observar a necessidade de dados primários sobre a identificação destes corpos, bem como a discussão sobre como a mídia aborda essas identidades, uma vez que os dados são coletados pela ANTRA a partir de noticiários.

A partir de uma sociedade construída por meio de uma lógica colonial, pode-se observar a violência institucional tanto de órgãos de pesquisas, como da própria mídia, ao não levar em consideração as identidades que estão fora do imperativo binário, construído e imposto. Ademais, esse apagamento reflete diretamente na efetivação de políticas públicas assertivas a essa parcela da população não presente nos dados estatísticos e, por conseguinte, em análises posteriores.

Por outro lado, é importante destacar que homens cis gays afeminados também vivenciam situações de desvantagem social, especialmente em razão das masculinidades não hegemônicas que desafiam os padrões normativos. Autor 01 (2022) problematiza que, nesses campos de análise, as masculinidades dissidentes correspondem àquelas que escapam aos modelos socialmente legitimados do que se entende como “ser masculino”. O estigma sofrido pelas normatividades de gênero contribui para os índices de violência e assassinatos de corpos-territórios gays no Brasil, também alarmantes, representando 49% dos casos registrados.

Quanto ao perfil das vítimas trans, de acordo com a ANTRA (2025), dos 122 casos, somente em 77 foi possível identificar a idade,



sendo em sua maioria jovens trans entre 15 a 29 anos com frequentes dinâmicas de violência e assassinato (Tabela 02).

Tabela 02 - Distribuição da Faixa etária dos corpos-territórios trans vitimados em 2024. (Brasil, 2025).

Faixa etária dos corpos-territórios trans vitimados		
Idade	Quantidade	Porcentagem (%)
15 a 17 anos	2	3
18 a 29 anos	38	49
30 a 39 anos	16	21
40 a 49 anos	15	19,5
50 a 59 anos	5	6,5
60 anos	1	1
Total	77	100

Fonte: Dados da Associação Nacional de Travesti e Transexuais, Benevides (2025)

De acordo com a faixa etária, pode-se observar que as chances de um corpo-território travesti ou transexual jovem morrer é maior se comparado às demais faixas etárias. A partir dessas comparações, são possíveis observar o contexto social que cerca as pessoas travestis e transexuais, que os direitos humanos são violados, além da pouca expectativa de vida futura dessa parcela da sociedade.

Por outro lado, segundo a perspectiva de Benevides (2025) devido aos espaços onde acontecem os atos violentos, incluindo a escola e a universidade, pode-se observar que travestis e transexuais, em sua maioria, saem menos de casa por causa do medo de serem agredidas. Os dados também apontam que em 2024 a média de vida de uma pessoa transexual foi reduzida para 32 anos, se comparada às médias dos anos anteriores, que estavam em torno de 35 anos.

Apesar de ser um dado que varia anualmente, todos ainda apresentam a mesma expectativa de vida: as pessoas travestis e transexuais tem morrido muito jovens, o que reflete em uma série de questões complexas e que envolvem uma falta de conscientização social sobre gênero/sexo/orientação sexual, bem como a ação do Estado com



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

788

políticas públicas efetivas em diversas áreas, como a segurança, a saúde e a educação.

Já em relação ao contexto social em que os corpos-territórios travestis e transexuais são violentados ou assassinados, os dados apontam que a desigualdade social presente na estrutura da sociedade brasileira, também interfere nas estatísticas destas vivências da violência.

De acordo com Souza (2017), por meio de um longo processo de escravização, os traços de violência permeados pela desigualdade de direitos, acessos e cidadania, permanecem em práticas coloniais atuais que reverberam na vulnerabilidade e na fragilidade de grupos historicamente colocados à margem social. Neste caso, travestis e transexuais são empurradas para prostituição, em grande parte não como uma escolha de trabalho, mas como uma alternativa de sustento ante a não abertura de oportunidades no mercado de trabalho, antecedida por um processo de educação formal que não garante condições básicas para seu acesso e permanência de qualidade.

Em contrapartida, como possível avanço no campo de lutas, evidencia-se o Projeto de Lei n°. 3109/23 sobre as cotas para as pessoas trans em universidades públicas, apresentado pela deputada federal Erika Hilton (PSOL/SP) (Haje, 2024). Algumas dessas instituições modificaram em seus próprios regimentos internos para esse atendimento de ações afirmativas, como a Universidade de Brasília (UnB), com reserva de 2% das vagas, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e mais 10 outras universidades (Soares, 2024).

Portanto, as políticas públicas são fundamentais para que esses dados quantitativos sejam mitigados e as problemáticas em relação aos direitos fundamentais e direitos humanos da população trans sejam efetivados. Porém, com as políticas e campos conservadores sociais que colocam gênero como um pânico moral e impedem que essas ações sejam concretizadas, o que se tem é o aumento dos casos de violências letais.

Os dados analisados indicam que em relação a espacialidade dos casos de violência e assassinato de corpos-territórios de travestis e



transexuais, os espaços públicos são os locais de maior ocorrência da violência (68%), enquanto nos locais privados a porcentagem é de 32%. Este fato pode estar relacionado a uma combinação de fatores sociais, econômicos e culturais que amplificam sua vulnerabilidade. Essa realidade evidencia a urgência de políticas públicas inclusivas, campanhas educativas contra a transfobia, além de medidas efetivas para garantir segurança nos espaços públicos.

De outro modo, a maior exposição ao espaço cis-heteronormativo e a falta de suporte social, eventualmente podem explicar o aumento do risco de violência e assédio nos espaços públicos. Provavelmente, essa população também estivesse vulnerabilizada e sofrendo reclusão e marginalização que as forçaram a sair de seus núcleos familiares, de suporte social e comunitário e perda de vínculos (Magno; Leite; Sperandei, et al. 2024).

Em relação ao período do dia em que ocorreu a violência e/ou assassinato, 90% das ocorrências foram registradas como tendo acontecido no período noturno. A violência contra pessoas travestis e transexuais ocorre mais frequentemente à noite, devido a uma combinação de fatores sociais, econômicos e culturais que aumentam sua vulnerabilidade nesse período, o que pode refletir uma interseção entre transfobia estrutural, exclusão social e insegurança pública.

Na perspectiva de Barros e Nóbrega (2023) a maioria das mulheres trans vítimas de violência atua na prostituição, frequentemente em espaços públicos e durante a noite. Isso as expõe a riscos elevados, como ataques em ruas desertas ou locais públicos, onde a presença de proteção policial ou comunitária é limitada. A marginalização social faz com que sejam vistas como alvos fáceis, especialmente em horários em que há menor vigilância e maior anonimato para os agressores. À noite, esses espaços tornam-se ainda mais perigosos devido à menor circulação de pessoas e à ausência de testemunhas.

3.2 O perfil do corpo-território do violentador

O corpo como território político está em constante disputa pelo espaço (simbólico e material). Dessa maneira, é interessante também



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

790

colocar em evidência o perfil do corpo-território do violentador, a fim de se compreender possíveis motivações dos assassinatos cometidos. A ANTRA (2025) não apresenta exatamente quais são os perfis dos agressores de travestis e transexuais, mas há estudos que permitem traçar um caminho para essa percepção, que se direcionam aos reflexos culturais de um feminismo essencialista, em que não se considera a existência de mulheres travestis e transexuais como mulheres, sobretudo, com argumentos biológicos (Butler, 2024).

Diante desse cenário, os casos de violência contra mulheres, por exemplo, são em sua maioria, cometidos por homens pelo fato de as vítimas serem mulheres, o que acaba por excluir a identidade transexual nessas análises (Benevides, 2025).

Além disto, uma parcela do movimento político feminista, de diferentes vertentes ideológicas, busca os direitos femininos restritamente amparados em concepções dadas pelo sexo biológico, reforçando padrões cisnormativos, trazidos por sociedades europeias através do processo violento de colonização, em que as relações de poder fazem uso da violência física, psicológica e patrimonial, provocando a vulnerabilidade de pessoas travestis e transexuais, levando-as, principalmente, à morte.

Agrega-se a isto, a ascensão política da extrema direita no Brasil, principalmente com o bolsonarismo em que os discursos antitrans nas redes sociais e nos parlamentos foram utilizados como pânico moral (Santos, 2023). Assim, o Estado ganha legitimidade para reforçar políticas contra esses corpos, cujas práticas demonstram a existência de uma transfobia estrutural, quando, por exemplo, limitam o uso aos banheiros públicos de acordo com a identidade de gênero diferente do sexo atribuído no nascimento (Butler, 2024).

A transfobia estrutural não apenas impede a inclusão plena dessa população nos avanços econômicos e sociais, mas também reforça barreiras institucionais que inviabilizam o acesso a direitos fundamentais. Sem ações concretas para enfrentar essas desigualdades, as melhorias nos índices econômicos nacionais continuarão a ser insuficientes e excludentes, aprofundando as disparidades vivenciadas pela comunidade trans (Benevides, 2025, p. 74).



Na perspectiva de Miguel (2021), o conceito de pânico moral contribui para a observação da política de recente, em especial da ascensão da extrema direita no Brasil. O conceito evidencia como líderes de grupos conservadores conseguiram a força eleitoral ao colocar a percepção de uma ameaça iminente aos valores tradicionais. Santos (2023) aponta que esse movimento se iniciou por volta de 2013, e a partir disso, consolidou-se ao longo do tempo.

Além disso, o discurso político do bolsonarismo transformou os movimentos sociais, em destaque, o feminismo e a comunidade LGBTQ+, como uma ameaça à “família tradicional” e inimigos comuns a serem combatidos. Butler (2024) apontou sobre uma temida “ideologia de gênero” que é utilizada por governos conservadores como modo de causar medos sociais e impedir avanços políticos voltadas às pautas de gênero, sexo e sexualidade.

Para Maracci & Prado (2022) o governo de Jair Bolsonaro modificou ofensivas contra a diversidade em uma política de Estado institucionalizada no Brasil. A certa depuração dos Direitos Humanos buscou proteger determinados grupos enquanto inviabiliza os direitos das minorias de gênero e sexualidade. Nesse sentido, a mudança de movimentos sociais conservadores ao poder executivo consolidou um Estado antigênero.

Portanto, o Estado pode ser identificado como um dos principais agressores à existência de pessoas travestis e transexuais, levando em consideração uma série de fatores, como a falta de políticas públicas efetivas de acesso, cidadania e direitos, e por não haver órgãos oficiais especializados que tratam sobre a coleta, revisão e análises de dados sobre as formas de violência às pessoas trans – sendo, assim, esta situação caracterizada como uma violência institucional.

Considerações finais

A análise realizada neste estudo evidencia a persistente violência contra os corpos-territórios de travestis e transexuais no Brasil, reafirmando dados preocupantes da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Com isso, a violência estrutural e institucional se manifesta de



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

maneira sistemática, refletindo-se nos altos índices de agressões físicas e assassinatos, bem como na marginalização social dessa população.

Diante deste cenário, observa-se que a análise interdisciplinar com os estudos territoriais é uma contribuição original, ao dialogar com os estudos de gênero, concebendo que os corpos-territórios de travestis e transexuais se constituem como espaços de resistência, mas também de constante ameaça e vulnerabilidade, uma vez que a falta de políticas públicas efetivas e a omissão do Estado intensificam esse processo e estabelecem barreiras significativas no acesso à saúde, educação e ao mercado de trabalho. Por outro lado, a transfobia enraizada na sociedade é alimentada pelo discurso político conservador e por narrativas parlamentares que reforçam estereótipos negativos.

Observa-se também que a violência não se restringe ao território físico, mas se estende ao campo simbólico e psicológico, pois o silenciamento e a invisibilidade impostas às pessoas travestis e transexuais são formas de violência que implicam diretamente em seus reconhecimentos à dignidade humana e aos direitos fundamentais. Atrela-se a isto a cultura cisnormativa, que contribui para a perpetuação dessa realidade, em diferentes campos sociais, incluindo outras formas de feminismo que excluem mulheres travestis e transexuais de suas agendas.

O perfil das vítimas reflete desigualdades estruturais profundas, enquanto as eventuais respostas governamentais ainda são consideradas insuficientes por especialistas e ativistas. A urgência por políticas públicas efetivas permanece central no debate sobre a erradicação da transfobia no país. Torna-se fundamental a construção de estratégias políticas e sociais que promovam a segurança e os direitos dessa população, o que inclui a educação em gênero e diversidade, e a penalização efetiva de crimes de transfobia. Além disso, é imperativo ampliar o debate interdisciplinar sobre as vivências travestis e transexuais, com seus corpos-territórios, ressignificando suas múltiplas existências, (re)conhecendo-as como parte integrante da sociedade.



Referências:

ÁVILA, Simone Nunes. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem:** a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo. 2014. 243 f. Tese (Doutorado) - Curso de Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2014.

BARROS, Thiago Almeida; NÓBREGA, Irlaine Cristina Silva. Narrativas de Violência Contra Transsexuais e Travestis na Cobertura de Telejornais. *Movendo Ideias*, Pará, v. 28, n. 1, p. 69-78, jun. 2023. Disponível em: <https://revistas.unama.br/index.php/Movendo-Ideias/issue/view/v.%2028%2C%20n.%201%20%282023%29>. Acesso em: 02 abr. 2025.

BATISTA, Livia. IBGE coleta dados sobre identidade de gênero pela primeira vez em pesquisa. 2023. Disponível em: <https://adiadorim.org/noticias/2023/10/ibge-coleta-dados-sobre-identidade-de-genero-pela-primeira-vez-em-pesquisa/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade - Tratado de Sociologia do Conhecimento. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 27 ed., 2007.

BENEVIDES, Bruna G.. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024 Bruna G. Benevides Brasil - 2025 Brasília: Distrito Drag, 2025. 144 p. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2025.



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

794

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. 16.

ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 210 p. Tradução Renato Aguiar.

BUTLER, Judith. Quem tem medo do gênero? Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2024. 280 p.

CRESWELL, John Ward. CLARK, Vicki L. Plano. Pesquisa de Métodos Mistos. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

CRESWELL, John W; CRESWELL, John David. Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. SAGE Publications. 5th ed. 2018.

DE JESUS, Jaqueline Gomes. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião, v. 2, p. 42, 2012.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GRUBBA, Leilane Serratine; PORTO, Amanda Brum. Sociedade da (des)informação: a omissão do Brasil sobre mortes trans e travestis. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 428-452, dez. 2022.

HAJE, Lara - Agência Câmara de Notícia. Projeto reserva 5% das vagas nas universidades federais para pessoas trans. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1096516-projeto-reserva-5-das-vag>



as-nas-universidades-federais-para-pessoas-trans/#:~:text=O%20Projet
o%20de%20Lei%203109,tr%C3%AAs%20vagas%20para%20esse%20gr
upo.. Acesso em: 26 mar. 2025.

HAESBAERT, Rogério. Do Corpo-Território Ao Território-Corpo (Da Terra): contribuições decoloniais. *Geographia*, Niterói, v. 22, n. 48, p. 76-90, mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100/24532>. Acesso em: 24 mar. 2025.

LÔNDERO, Milena Cramar; REIS, Ana Gabrieli; MEWES, Emily Emanuele Franco. Violência contra pessoas trans no Brasil: como romper com o “cis-tema”? *Perspectivas Sociais*, Pelotas, v. 10, n. 1, p. 199-221, jan. 2024.

MAGNO, Laio, LEITE, Beo Oliveira, SPERANDEI Sandro, et al. Discriminação por identidade de gênero entre mulheres trans e travestis no Brasil: uma análise de classes latentes e fatores associados. *Rev Bras Epidemiol.* 2024; 27(Suppl 1): e240012. supl.1. <https://doi.org/10.1590/1980-549720240012.supl.1.2>

MARACCI, João Gabriel; PRADO, Marco Aurelio Maximo. Ofensivas Antigênero e a Depuração dos Direitos Humanos como Política de Estado no Brasil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S.L.], v. 22, n. 4, p. 1372-1392, 15 dez. 2022. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/epp.2022.71643>.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 62, n. 1, p. 1-14, jul. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência como processo sócio-histórico. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Violência e saúde*



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

796

[online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Temas em Saúde collection. 132 p.13-37. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/maria-cecilia-minayo-um-olhar-sociologico-sobre-a-saude/#:~:text=A%20viol%C3%Aancia%20%C3%A9%20um%20fen%C3%B4meno,f%C3%ADsicos%2C%20agravos%20mentais%20e%20emocionais>.

MOTT, Luiz; DOMINGOS, Marcelo; REIS, Toni. Observatório 2023 de Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil, Grupo Gay da Bahia. Salvador: Cedoc, 2023. 14 p. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/observatorio-da-violencia/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **“PRAZER, MARICONA”: multiterritorialidades de homens gays envelhecidos em Governador Valadares**. Tese (Doutorado) - Curso de Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2022.

NOVAES, Edmarcius Carvalho; VENTURA, Gabriel da Cruz; RODRIGUES, Suely Maria. “Queimem a bruxa!”: Butler e aqueles que têm medo de gênero. EccoS – Revista Científica, [S. l.], n. 72, p. e27919, 2025. DOI: 10.5585/2025.27919. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/27919>. Acesso em: 25 mar. 2026.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. 324 p.

SANTOS, Sonara Suenia Costa dos. Para além da cortina de fumaça: a ofensiva anti-gênero sob o Bolsonarismo. Dissertação de Mestrado em



Serviço Social. Universidade do Estado do Rio Janeiro. 2023. Disponível em:

https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13992460#. Acesso em 18 de dezembro de 2024.

SCHMITZ, Alberto. Mortes violentas de LGBTQ+ Brasil: Observatório do Grupo Gay da Bahia, 2022. Grupo Dignidade, publicado em 19 de jan. 2023. Disponível em:

<https://cedoc.grupodignidade.org.br/2023/01/19/mortes-violentas-de-lgbt-brasil-observatorio-do-grupo-gay-da-bahia-2022/>. Acesso em: 14 set. 2023.

SOARES, Vitor. Conheça 10 universidades que aprovaram cotas para pessoas trans. 2024. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/conheca-10-universidades-que-aprovaram-cotas-para-pessoas-trans/#:~:text=Em%20setembro%20de%202024%2C%20a,nos%20vestibulares%20dos%20pr%C3%B3ximos%20anos.&text=Para%20validar%20as%20inscri%C3%A7%C3%B5es%2C%20as,procedimento%20de%20valida%C3%A7%C3%A3o%20de%20auto-declara%C3%A7%C3%A3o..> Acesso em: 26 mar. 2025.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

798

“Where Does So Much Hatred Come From?": An Analysis of Violence and the Murder of Body-Territories of Travestis and Transsexuals in Brazil in 2024

RESUMO: This article analyzes the violence and murder of travestis and transgender people in Brazil in the year 2024, from the perspective of the body-territory concept. It is a cross-sectional, descriptive study with a qualitative-quantitative approach. Data were extracted from the National Association of Travestis and Transsexuals (ANTRA), referring to the violence and murders of individuals from this group in 2024. The variables analyzed included age, gender identity, setting of the violence, and time of day the incident occurred. The results indicated a higher frequency among individuals aged 18 to 29, with a predominance of transgender women and travestis. Public spaces were the main settings for violence, with most episodes occurring at night. It is concluded that the violence is systematic and rooted in discriminatory social structures, reflecting a violation of both physical bodies and the social and political spaces occupied by this community. The study also highlights the urgent need for effective public policies to combat this reality.

KEYWORDS: Transvestite and transsexual bodies-territories; Transvestite and transsexual murders; Gender violence; Territorialities.

Edmarcius CARVALHO NOVAES,
Licenciado em Filosofia, Pedagogia e em Letras-Libras. Bacharel em Direito e em Antropologia. Graduando em Psicologia. Mestre em Gestão Integrada do Território pela Univale e Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. (2017-2019). Professor e pesquisador no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu de Mestrado em Gestão Integrada do Território, vinculado ao Laboratório de Pesquisa SAIS - Saúde, Indivíduo e Sociedade. Compõe o projeto de pesquisa "Princesas do Vale: memórias de territórios e sociabilidades LGBTQIAPN+ em Governador Valadares". Atua como



Orientador de Serviço no Projeto de Extensão "Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) Equidade" (Ministério da Saúde - Governo Federal).

<http://orcid.org/0000-0002-1901-0167>

Gabriel DA CRUZ VENTURA,
Mestrando em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce, com bolsa CAPES. Possui graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE (2024). Integrante do Grupo de Pesquisa Cultura Pop, Território e Processos Sociais, integrante do grupo de pesquisa Saúde Indivíduo e Sociedade - SAIS. Integrante do grupo de pesquisa: "Princesas do Vale: memórias de territórios e sociabilidades LGBTQIAPN+ em Governador Valadares"

<https://orcid.org/0009-0002-1495-4780>

Suely MARIA RODRIGUES,
Graduada em Odontologia pela Faculdade de Odontologia de Governador Valadares - FOG, Especialização em Dentística Restauradora e Avaliação Institucional pela UnB, Mestrado em Clínica Odontológica, Doutorado e Pós-doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professora adjunta da Universidade Vale do Rio Doce, ministrando disciplinas no Curso de Odontologia e no Mestrado Gestão Integrada do Território. Coordenadora do grupo de pesquisa Saúde, Indivíduo e Sociedade (SAIS). Compõe o projeto de pesquisa "Princesas do Vale: memórias de territórios e sociabilidades LGBTQIAPN+ em Governador Valadares".

Maria Celeste REIS FERNANDES DE SOUZA,
Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola FAFILE. Mestre em Ciências de la Educación pelo



Edmarcius Carvalho Novaes.
Gabriel da Cruz Ventura.
Suely Maria Rodrigues.
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.
Maria Terezinha Bretas Vilarino.

800

Instituto Enrique José Varona, Havana. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais UFMG. Pós-doutora em Educação na Universidade Federal de Sergipe. Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território e do curso de Pedagogia/Univale.

<https://orcid.org/0000-0001-6955-5854>

Maria Terezinha BRETAS VILARINO,
Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Vale do Rio Doce, com especialização em História e Mestrado e Doutorado em História pela UFMG. Atualmente é professora assistente da Universidade Vale do Rio Doce, atuando no Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território.

<https://orcid.org/0000-0002-2093-5159>

Recebido em: 09/10/2025

Aprovado em: 11/03/2026